

IDENTIFICAÇÃO PARA DOADORES

Uma carteirinha para agilizar a retirada e a utilização de órgãos

A rede pública de saúde do País vai começar a distribuir a carteirinha "Vale Vida". Uma espécie de carteira de identidade de todas as pessoas doadoras de órgãos. O documento foi criado há dois meses, quando foi sancionada a nova lei de transplantes.

Pela legislação, o portador do cartão autoriza a retirada automática de seus órgãos doados depois da morte. Dessa forma não será necessária a autorização de familiares após o óbito. Nem a burocracia indispensável atualmente para se realizar o transplante.

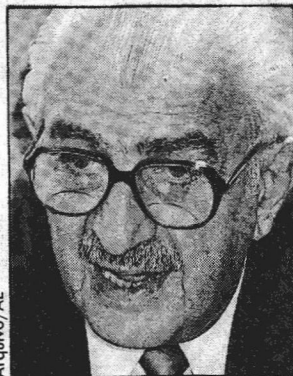
Ontem, o relator da lei, deputado Geraldo Alckmin (PSDB/SP) recebeu do ministro da Saúde, Jamil Haddad, a promessa de distribuição imediata dos cartões e de realização de uma campanha de esclarecimento sobre a importância da doação de órgãos.

O ministro elogiou a proposta e prometeu enviar ainda cartões "Vale Vida" às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde em todo o País, o mais rápido possível.

"A distribuição destes cartões é importante, porque muitas vezes uma pessoa até deseja doar seus órgãos após a morte, mas não sabe o mecanismo certo para fazer a doação", expli-

cou o deputado. "Vamos agilizar a execução desse plano e fazer uma ampla campanha de esclarecimento através dos meios de comunicação junto à população."

Pelo cartão "Vale Vida" a pessoa que sofrer morte cerebral se dispõe a doar um ou mais órgãos — especificados no cartão — para fins de transplante imediato após seu óbito. O que acontece atualmente é que na maioria das vezes, os órgãos doados acabam se perdendo por falta de agili-



Jamil Haddad

Arquivo/AE

dade familiar e mesmo hospitalar. Muitas vezes a utilização desses órgãos depende de minutos. É muito comum descobrir-se um doador apenas quando já não há condição alguma da retirada de seus órgãos para transplante.

O deputado ainda acrescenta: "como a lei também determina que a morte cerebral seja de notificação obrigatória à central de transplantes de São Paulo, o processo de retirada de órgãos e de transplante para pessoas ne-

cessitadas fica bem mais ágil", afirmou Geraldo Alckmin.

Completando o projeto, o deputado solicitou, ainda, ao ministro Jamil Haddad a regulamentação de alguns pontos da nova lei de transplantes.

Um dos aspectos mais importantes, segundo o deputado, é a regulamentação dos critérios a serem usados para diagnóstico de morte cerebral. Uma discussão que será aberta à participação da sociedade médica brasileira.

De acordo com Neide Barriuelle, presidente da Associação dos Doentes Renais de São Paulo, "a idéia é muito boa". "Além de melhorar a qualidade de vida de milhares de brasileiros que esperam na imensa fila dos transplantes, a nova lei trará também economia ao próprio governo", argumenta.

Ela explicou ainda que 18 mil pessoas são submetidas a tratamento de hemodiálise em hospitais do Inamps. Cada uma delas é submetida a uma média de 13 sessões mensais. "O cálculo é simples: o Instituto gasta cerca de Cr\$ 250 milhões ao ano com cada uma destas pessoas, enquanto paga Cr\$ 70 milhões para a realização de um transplante que vai melhorar a vida do doente e evitar as hemodíalises".

Vereador quer inquérito hospitalar

O vereador Arselino Tatto (PT) encaminhará à Câmara no dia 2 de fevereiro, primeiro dia de sessão, pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito para apu-

rar a falta de médicos e a ocorrência de três suicídios nos últimos 15 dias no Hospital Municipal do Campo Limpo. No último sábado, Aloísio Bernardino, de 33 anos, se jogou do sétimo andar da enfermaria do hospital, que tem déficit de oito médicos. Ele estava internado com problemas de hipertensão, lesão renal e alcoolismo crônico.

JORNAL DA TARDE